

**CARLOS FORTUNA**

**OS CENTROS DAS NOSSAS CIDADES:  
ENTRE A REVITALIZAÇÃO E A DECADÊNCIA**

nº 62  
Setembro 1995

**Oficina do CES**  
Centro de Estudos Sociais  
Coimbra

**OFICINA DO CES**

Publicação seriada do

**Centro de Estudos Sociais**

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

**Correspondência:**

Apartado 3087, 3000 Coimbra

**OS CENTROS DAS NOSSAS CIDADES:  
ENTRE A REVITALIZAÇÃO E A DECADÊNCIA**

**CARLOS FORTUNA**

Comunicação apresentada no Seminário "O Planeamento Estratégico das Cidades"  
Organização da Comissão de Coordenação da Região Norte  
Porto, Fundação Cupertino de Miranda, 13 e 14 Julho de 1995

Neste texto irei deter-me sobre a análise de alguns aspectos relativos aos centros das cidades, fazendo sobressair algumas dimensões de natureza sociológica que julgo decisivas como contribuição para o actual debate acerca do desenvolvimento estratégico das cidades e, salvo melhor apreciação, insuficientemente tratadas entre nós. Assim, de modo a mencionar alguns dos problemas que reputo mais importantes, permitam-me que comece por me referir, brevemente, ao conhecido modelo de evolução e crescimento da cidade europeia moderna.

Em traços muito largos podemos dizer que essa evolução deve ser situada na própria cidade medieval. Cercada por muralhas ou fronteiras naturais esta cidade medieval é, no fundo, toda ela um único centro urbano. Aquilo que hoje podemos chamar de Centro Histórico das Cidades (CHC) costumava albergar em si todas as funções urbanas, tornando-se difícil estabelecer com rigor uma divisão clara entre áreas residenciais, de produção, comércio, ou administração, tal era a imbrincada malha que as interrelacionava. Esta cidade medieval expressava uma enorme multifuncionalidade e uma acentuada diversidade social. Apesar das suas formas de segregação, esta cidade medieval insinuava-se como espaço de enorme liberdade

individual e refúgio de quantos se viam sujeitos à tirania do trabalho nos campos e ao jugo impiedoso dos senhores das terras.

Com o Renascimento e a industrialização, as cidades não pararam de crescer. Tal crescimento urbano arrastou consigo a separação espacial das funções da cidade. Surgiu, assim, ao lado do CHC, um outro Centro de Comércio Urbano (CCU), distinto do primeiro e, normalmente, situado nas margens da cidade antiga. A cidade cresceu para fora de si própria, em todas as direcções. Retiveram-se as funções administrativas e algum comércio, sobretudo de sectores mais tradicionais ou em decadência. Conservou-se ali, obviamente uma importante função residencial. Mas esta surge agora, extremamente fracturada, do ponto de vista social. Permaneceram na cidade, por um lado, os grupos sociais mais vulneráveis e, por outro, as velhas elites. As funções produtivas, designadamente as indústrias, antes situadas nos centros urbanos foram sendo deslocadas, de modo mais ou menos rápido, para as periferias ou fixaram-se aí quando surgidas de novo. Com elas, assistiu-se também ao deslocamento do centro para a periferia urbana de importantes franjas das classes médias e das elites recém-constituídas ou em emergência. A cidade e o seu centro, perderam a plenitude da sua plurifuncionalidade, ao mesmo tempo que se foram especializando quanto às suas funções e ao seu tecido social.

Por menor que possamos imaginar que tenha sido, esta perda do dinamismo da cidade traduziu-se, gradualmente, na perda do anterior fulgor do seu centro e na sua transformação na área mais velha, mais pobre e mais decadente do conjunto urbano. Curiosamente, consumado este processo na parte final do século passado, ele veio dar origem, um pouco por toda a Europa, mas também nos EUA e no Canadá, ao surgimento de novas ideologias da preservação e da conservação urbanas. Destas resultaria o surgimento de um novo conceito — o *conceito de património* — e de *novas políticas* — as políticas de regulação sócio-económica e de ordenamento do território das cidades. Encontramo-nos hoje no auge da sua eficácia prática, de que este encontro é apenas um sintoma.

Mas para não me desviar ainda desta breve descrição da evolução das cidades, direi que o conceito de património, e a instauração de um quadro normativo de regulação das cidades, tiveram como efeito imediato a valorização, tanto económica, como social e simbólica, do espaço urbano e, em particular, do CHC. Aos poucos, desenhou-se no horizonte um custo de oportunidade não desprezível. Em resultado da revalorização das cidades, o velho centro ganhou novas capacidades de atracção e alguns sectores empresariais anteviram, na sua fixação no renovado CHC, um potencial de lucro a não perder. Gradualmente, a cidade regressa à fase original de sobreposição espacial das suas várias funções, à medida que actividades anteriormente situadas nas periferias se "recentram", outras, tradicionais e que nunca haviam saído do centro, renovam-se e remodelam-se e, outras ainda, é ali que se constituem de novo.

Contudo, esta sobreposição é agora apenas parcial o que invalida qualquer interpretação desta nova fase do crescimento urbano como sendo uma réplica exacta da fase original do crescimento das cidades. Em primeiro lugar, as funções produtivas, designadamente a implantação industrial, há-de permanecer nas margens da cidade. Assim o impõem a nova ideologia de ordenamento urbano, as diferentes filosofias ambientalistas e também, por que não dizê-lo, o próprio cálculo económico de localização das empresas e a sua relação com os factores de produção, nomeadamente a mão-de-obra. Em segundo lugar, a função residencial só muito marginalmente sofre qualquer modificação de relevo, capaz de alterar o quadro de contínua degradação das condições de habitação no CHC, tanto por efeito do aumento dos preços da locação, como por efeito do lento surgimento de alternativas habitacionais. Acresce a estas circunstâncias, todas elas responsáveis por acentuada selectividade das novas actividades que se reimplantam no miolo urbano das cidades, que os novos aglomerados que se foram implantando na periferia da cidade, aquando da expansão desta para o exterior, são eles também

polivalentes e, em geral, capazes de fornecer uma alternativa ao quadro de necessidades e procuras quotidianas de quantos neles se instalaram.

Creio que nos encontramos hoje numa situação e num tempo social em que não é possível distinguir com clareza aquilo que mais afecta as cidades portuguesas. Por outras palavras, esta evolução parece ocorrer em simultâneo. Temos por um lado um movimento de periferização dos centros urbanos e das suas funções e actividades, e, por outro lado, um movimento de sentido inverso, em que se revalorizam os centros e se recentram aquelas funções e actividades.

A esta dualidade, que tornará o caso português particularmente interessante, mas que obviamente ocorre também noutras sociedades, sobrepõe-se uma outra. Caracterizá-la-ia, para facilitar e à falta de melhor designação, como um movimento de constituição de um *centro urbano dual*. Quero com isto dizer que as nossas cidades, ou grande parte delas, apresentam hoje uma estruturação morfológica em que se combinam um *centro histórico medieval*, de maior ou menor valor patrimonial e arquitectónico e, contíguo a este, um outro *centro de lazer*, onde pontuam e convivem actividades e funções comerciais e de serviços com actividades e funções de lazer e culturais.

Esta dualidade de que se revestiram os centros das nossas cidades, uma dualidade marcada pela proximidade e articulação do novo com o velho, do que é o comércio com o que é a história e o património, é talvez um dos factores mais significativos do actual estado de competição em que as cidades se encontram. É uma competição que à primeira vista se diria desenrolar-se à escala regional e, quanto muito, à escala nacional. Não creio que esta seja uma boa apreciação do estado de concorrência em que se encontram hoje as nossas cidades. Com efeito, estamos hoje perante uma fase de intensa globalização económica, cultural e de modelos políticos, donde resulta que as cidades se tornaram *lugares situados algures num mapa mundial*. Lugares em que se assiste a uma condensação, essa sim com

manifestações locais, de processos globais que os atravessam e cujos efeitos estão permanentemente a ser refeitos. Numa sociedade que se globaliza, torna-se virtualmente impossível dar sentido próprio ao que acontece num lugar específico, como a cidade, sem olhar à volta e para além do seu horizonte imediato.

O processo de globalização, no entanto, não é um processo uniformizador. Ele é acima de tudo um processo de aferição, feito em termos globais, daquilo que é específico e, eventualmente, único a cada contexto particular. O melhor exemplo disto encontramos-lo hoje na certificação, em sede da UNESCO, daquilo que seja o património cultural da humanidade, que traduz, no fundo, o reconhecimento, com base em critérios globais, daquilo que constitua um exclusivismo local, envolto num forte sentido de pertença à comunidade, a ser preservado em benefício (cultural) de todos. É esta mesma filosofia, aquela que leva a que, no quotidiano citadino, se atribua hoje, como nunca antes, um significado muito particular ao pormenor e ao pequeno detalhe, como a ombreira de uma porta, ou o recanto ajardinado, ou um qualquer resíduo do passado.

Vem esta pequena digressão a propósito da actual dualidade dos centros das cidades — o *centro histórico* e o *centro de lazer*, como lhes chamei — que são parte integrante de qualquer plano estratégico de desenvolvimento urbano dos nossos dias, em redor dos quais creio existir um défice de reflexão sociológica entre nós. Por isso mesmo me permito partilhar convosco, a partir de agora, algumas linhas gerais de reflexão.

A primeira destas reflexões diz respeito à fluidez que caracteriza hoje as cidades, resultante da dualidade dos seus centros. Tal fluidez deve também ser lida em termos do alargamento dos centros urbanos como eram conhecidos antes, os quais deixaram de estar vinculados a critérios meramente geográficos e espaciais. Nestas circunstâncias, os factores estéticos e simbólicos tendem a ser revalorizados, razão

pela qual o simples acto de "ir às compras" se revestiu de um significado sócio-cultural de grande alcance.

Não é por acaso que refiro este acto simples de "ir às compras". É que ele tem hoje um significado particular. "Ir à compras", mesmo que nada se compre, é revelador de grande parte dos actos indiferenciados e banais que produzimos hoje nas nossas cidades. É um acto de consumo, nem que seja apenas visual, e de contacto com o espaço vivido da cidade. Mas é disso mesmo que estamos a falar quando falamos da competição em que as cidades estão hoje envolvidas. O acto de consumo tende a tornar obsoletas as barreiras culturais à luz das quais se tinham edificado as segmentações sociais que a cidade enunciava. Hoje, com os centros das cidades tornados espaço de consumo, a cidade passou a ser ocupada não apenas de modo *mais denso* (entenda-se mais diversificado nas suas ofertas e com uma maior variedade interclassista, demográfica e étnica) mas também de modo *mais intenso* (entenda-se, por períodos de tempo tendencialmente mais dilatado de pelo menos 18 horas por dia). Este adensamento e intensificação a que os centros estão sujeitos contribuem para um processo de desdiferenciação social, em que todos se avaliam como próximos, senão iguais, um processo que, por certo, é mais ilusório do que real.

Por outro lado, o acto de consumo que hoje se desenrola no *centro dual* das nossas cidades é responsável pela destruição das barreiras entre espaço e tempo. O processo de revitalização urbana transfigura os antigos e decadentes centros das cidades em novas formas de organização do consumo. Lojas e boutiques, restaurantes, cafés e esplanadas, mesmo bancos e outros serviços tendem a reclamar para si espaços e edifícios únicos e singulares. O que está em causa parece ser uma combinação, de elevado potencial cultural para as cidades, entre a arquitectura do passado, o design moderno e a nova estética e significado do consumo. Esta esteticização do quotidiano tem uma contrapartida. À medida que o investimento produtivo e industrial recua e se desloca do centro para as margens e



periferias das cidades, antigos espaços produtivos são deixados livres e abandonados, com efeitos conhecidos sobre a paisagem urbana. Retirados ao quadro das suas anteriores funções, tornam-se símbolos do passado e, por isso mesmo, deixam-se revestir de uma aura e de um sentido de sublime e de glória, que real ou imaginada, pode ser tornada funcional para a revalorização da cidade.

O desafio imposto aos políticos, aos técnicos e aos cidadãos está em saber que funções *não devem ser permitidas* atribuir aqueles lugares e edifícios. O que está em causa e legítima esta discriminação positiva é acautelar uma revitalização dinâmica dos centros das cidades capaz, entre outros aspectos, de garantir o anterior adensamento e intensificação das relações sociais no centro da cidade, ao mesmo tempo que assegura a combinação do seu passado com o seu presente.

Qualquer interpretação sociológica sobre esta combinação do passado com o presente fará sobressair a importância de que se reveste para a estratégia competitiva das cidades, o turismo urbano-cultural que parece acentuar-se à medida que a sociedade se globaliza. A visita turística a uma cidade é uma forma de a tornar um puro objecto de consumo. E as regras do consumo recordam que aquilo que é único, singular, quiçá exótico, deve ser sempre valorizado. O lugar conferido ao património, quer nele se leiam as ruínas milenárias das cidades, os seus monumentos ou museus, é um lugar central na formação da identidade e da exclusividade do lugar que se visita. Tornam-no um lugar diferente, mas é a diferença, isto é, o confronto com o outro, que, em última análise, se busca quando fazemos ou promovemos o turismo nas nossas cidades.

Mas o turismo urbano tem um fortíssimo pendor histórico e arquitectónico e é nele que faço incidir a combinação do passado com o presente. Imaginemos, por um instante, a função que as ruínas, milenárias ou medievais exercem nas nossas cidades. Elas contêm, ou permitem imaginar, aquilo que o nosso quotidiano perdeu: Em primeiro lugar, um sentido de *equilíbrio*, ou seja, de proximidade com uma

comunidade em que se equilibravam tecnologia, arte, cultura e natureza; em segundo lugar, um sentido de *continuidade*, que nos transmite segurança pessoal e social; em terceiro lugar, a ruína quer dizer *finalismo* do passado, de obra acabada, que nos enche de confiança perante a incompreensão e a desordem do presente; por último, a ruína é sinal de *sequência* e representa um traço de união entre dois momentos temporais diferentes, um aspecto que somos incapazes de atribuir ao presente.

Por tudo isto, da ruína exala um sentimento de apaziguamento das consciências, num mundo globalizado e tumultuoso. A cidade que as tiver e que as souber preservar estará a potenciar um inestimável recurso da sua própria valorização e atractibilidade, uma e outra, ingredientes fundamentais para se enfrentar a competição que se acentua entre as cidades, à medida que a globalização se intensifica. De contrário, isto é, se descuidar as suas ruínas, monumentos e museus, a cidade não perde apenas na sua atractibilidade turística, nem sequer se limita a ser uma cidade em ruínas. Ela transformar-se-á em sinal de toda uma cultura arruinada.

Mas claro está que a cidade e o seu centro não têm apenas um valor de troca e de consumo. A cidade tem também um valor de uso que diz respeito mais directamente a quantos nela vivem, habitam ou trabalham diariamente. Os centros das cidades podem e devem, nesse sentido, representar o âmago da comunidade urbana. Se essa fôr a missão do centro da cidade, a noção de representação ganha um forte sentido político. O centro terá que ser capaz de expressar as condições e as diversidades próprias dos habitantes da cidade, mas também as suas idades, a sua estrutura familiar, a sua repartição entre activos e não-activos, os seus hábitos culturais, de consumo e comportamento. Tarefa ingrata, reconheça-se, para quem tem a responsabilidade política ou a exigência técnica de fazer dos centros das nossas cidades um tal mosaico cultural.

Tradicionalmente os centros das cidades sempre apresentaram uma diversidade social, materializada de modo diferente, de acordo com a dimensão da cidade. Mas de um modo geral o centro sempre foi uma articulação multicultural. Um centro urbano sempre se deitou e adormeceu mais cedo que outro; num outro, os estudantes e a população jovem marcavam sobremaneira a sua presença; num terceiro, era a população idosa que o caracterizava. Disto se fazia a função dinâmica dos centros, sempre à custa de combinações variadas e mesmo de tensões contraditórias.

Este parece ser cada vez menos o caso. O aumento da dinâmica urbana tende a fazer com que sejam os idosos e as franjas sociais mais modestas que vão sendo progressivamente despojados deste recurso cultural que é viver no centro da cidade. Esse é, por exemplo, um dos efeitos do já referido aumento da procura de (re)instalação de grupos sociais económica e culturalmente mais dinâmicos. A tentação é forte para os proprietários locais, mesmo os de menores recursos, para beneficiarem desta dinâmica. Vendem as suas propriedades a promotores que, não raro, por sua vez, as cedem a interesses e investidores mais ricos e, eventualmente, com menor sentido de revalorização cultural do centro urbano.

Nos centros em depressão, são ao contrário os estratos médios, que, se tiverem oportunidade, abandonam os apartamentos que ocupam. Aos poucos, ficam apenas aqueles cujo quadro de vida não lhes oferece outras alternativas, dispendo-se resignados a suportar as insuficiências (tanto em infra-estruturas como em equipamentos) que se vão agravando no centro em decadência. São geralmente famílias numerosas, jovens, celibatários ou reformados.

Este é um outro lado da dualidade dos centros das cidades: de um lado a regeneração, do outro a decadência. Uma e outra trazem consigo marcas sociais indeléveis. Por isso o centro torna-se violentamente fraccionado, do ponto de vista social. Aquilo que numa primeira análise poderia surgir aos nossos olhos como mera

decomposição ou fractura social, tende, numa perspectiva mais fina, a revelar-se como marca efectiva de segregação estrutural e de exclusão social. O acentuar dos sintomas de decadência dos centros urbanos é, em si, um sinal de marginalização social. Desde logo porque aumenta a atracção pela periferia que, como vimos, não é igualmente acessível a todos. A suburbanização tende a atrair estratos sociais bem identificados: fundamentalmente, classes médias, famílias de dimensão também média e em idade activa. Para trás vão ficando outros estratos, como as famílias mais numerosas e desvalorizadas no mercado de trabalho, os idosos e reformados, os jovens de passagem como os estudantes, os celibatários e membros de grupos socialmente estigmatizados, em geral por razões étnicas. É nisto que se revela a perda da centralidade do centro da cidade como mosaico exemplar da diversidade cultural.

O planeamento estratégico das cidades, se não estiver atento a estas situações há-de contribuir, perversamente, para que se concretize este mau presságio: viver no centro da cidade pode equivaler a ser-se socialmente excluído e segregado. Aqui porque se é desempregado ou pobre, ali porque se é negro, acolá porque se é doente, idoso, viúvo ou reformado.

Este é um risco político enorme. Lutar contra ele não é fácil. Todos conhecemos situações de insucesso ou de muito limitado sucesso por parte das instituições e das iniciativas de correcção destas tendências. O apego à propriedade, mas também o peso da tradição e do hábito, e obviamente as desiguais oportunidades de vida surgem à cabeça desta dificuldade. Por todas estas razões, sabemos que não é fácil a aceitação das decisões dos poderes públicos acerca de quem, como, onde e quando deve ou não continuar a residir no centro da cidade. O resultado de tal dificuldade é conhecido de quantos têm alguma experiência de terreno. Se não se delimita muito rigorosamente o perímetro da intervenção (o que não é fácil porque o centro da cidade se tornou fluído), se não se têm em conta as condições sociais, os universos culturais e as aspirações dos sujeitos envolvidos (o que requer uma

particular sensibilidade política e uma não menor imaginação sociológica), se não se tem a capacidade política, negocial e de diálogo (o que exige hoje uma avaliação clara do que é local e do que é global, e do modo como interagem um e outro) a revitalização e o desenvolvimento estratégico das cidades pode não ir além de simples *bricolage* de técnicos, de académicos e de políticos.

O planeamento e o desenvolvimento estratégico das nossas cidades, como qualquer acção de projecção, há-de ser sempre e só um rascunho do futuro. Mas um rascunho tão exigente quanto possível, concebido e executado em equipa e a várias mãos, caucionado, sem desprezo pelo passado, por uma rigorosa avaliação do presente. Quero crer que só assim se porá em marcha uma boa política de revitalização dos centros das nossas cidades. De contrário, hipotecamos o nosso futuro pois que uma má política de revitalização da cidade pode ter efeitos tão negativos e irrecuperáveis como a sua simples inexistência.